

MANUEL BELO MOREIRA (*)

A PEQUENA PRODUÇÃO E OS ESTÍMULOS DO MERCADO

O caso da produção do Leite no Concelho de Vagos (**)

INTRODUÇÃO

Uma forte corrente de pensamento ligado à economia agrária portuguesa considera que a pequena produção agrícola não só é incompatível com aumentos significativos de produtividade, mas também é insensível aos estímulos do mercado.

Assim, Oliveira et Alli afirmam que o número de 2 a 3 vacas por exploração «está muito aquém de *qualquer possibilidade* de uma evolução para níveis altos de produção, quer em quantidade quer em qualidade, que usualmente só podem ser encontradas com base em efectivos com mais de 20 cabeças normais» ⁽¹⁾.

Por seu lado, Cortez de Lobão, ao referir-se às explorações de menos de 4 ha, considera que «perto de 3/4 das explorações agrícolas portuguesas encontram-se, nos finais dos anos 70, ainda voltadas sobre si mesmas, *produzindo para o auto-consumo e como tal não são atingidas por políticas de preços e mercados* mas somente por medidas sócio-estruturais» ⁽²⁾.

Vaz Portugal, tirando ilações coerentes com essas ideias, propõe, entre outras, as seguintes medidas de reconversão:

«1.º ponto — Necessidade de estabelecer o modelo de dimensão mínima de exploração que se defende para a produção de leite, com o objectivo à sua competição no sector».

(*) Instituto Superior de Agronomia.

(**) Cumpre-me expressar o meu reconhecimento aos colegas e amigos Carlos Amaral, Carlos Noéme e Fernando Oliveira Baptista pela leitura e críticas formuladas. Destaco ainda o apoio, essencial, de Carlos Amaral na interpretação estatística. Cabe-me, no entanto, toda a responsabilidade pelos erros e opiniões que neste artigo se encontrem.

⁽¹⁾ Oliveira et alli (1) sublinhado nosso (M.B.M.).

⁽²⁾ Lobão, A. Cortez de (2) sublinhado nosso (M.B.M.).

«Disporá de: — 15 a 20 vacas — Estábulo e sala de mungição própria»; — «Terminar com o fomento das salas de ordenhas colectivas em favor das medidas indicadas no 1.º ponto...» ⁽¹⁾

O objectivo deste artigo é refutar algumas dessas ideias, sobretudo naquilo que encerram de generalização abusiva. Assim, propomo-nos mostrar, tomando como universo de estudo o concelho de Vagos, que:

- as pequenas explorações leiteiras podem evoluir obtendo notáveis ganhos de produtividade;
- as pequenas explorações leiteiras reagem aos estímulos do mercado e, apesar do recurso ao autoconsumo, afastam-se da autarcia.

Por último, faremos algumas considerações sobre a necessidade de medidas sócio-estruturais, posição que à partida nos parece merecer amplo consenso. Restaria ainda definir o tipo e a amplitude dessas medidas o que ultrapassa largamente o âmbito que fixamos para este artigo, além de que ainda está por realizar um debate aprofundado que envolva os interessados.

Talvez este Colóquio sirva para evidenciar a necessidade desse debate, o que não seria certamente a menor das suas vantagens.

NO DISTRITO DE AVEIRO E NO CONCELHO DE VAGOS A PRODUÇÃO DO LEITE É SOBRETUDO DEVIDA AOS PEQUENOS PRODUTORES

O inquérito às explorações agrícolas do continente realizado pelo INE em 1968 indicava que no distrito de Aveiro, as explorações com menos de 4 ha — 87,3% do total — dispunham de 82,5% das vacas (de função exclusivamente leiteira ou de dupla função leite-trabalho ⁽²⁾).

Por sua vez, o Arrolamento Geral do Gado — INE de 1972 indica que o número de manifestantes com menos de 5 vacas leiteiras maiores de 2 anos e meio correspondia a 98,5% do total.

Na impossibilidade de recorrer a dados de confiança, mais recentes, a nível do distrito, recorreremos a uma estimati-

⁽¹⁾ Portugal, A. Vaz (3). Varão num trabalho publicado pelo Banco de Fomento Nacional leva ao extremo esta lógica (4).

⁽²⁾ Convém assinalar que é ainda hoje frequente observar animais de raça leiteira a executar trabalhos diversos.

va feita pela Lacticoop (União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego) em 1978. Esta estimativa apesar de não nos merecer total confiança fornece no entanto indicações de que a produção continua a ser essencialmente garantida por pequenos produtores.

Assim, para o concelho de Vagos ⁽³⁾, havia 2 688 produtores em salas de ordenha colectivas, 184 produtores em postos de recepção de leite e 7 salas de ordenha particulares ⁽⁴⁾, a que correspondiam 4 935 vacas ordenhadas em salas de ordenha colectiva, 269 vacas produzindo para postos de recepção de leite e um número não conhecido de vacas em salas particulares ⁽⁵⁾.

Com as reservas feitas, a média por produtor oscilará à volta das 2 vacas nas salas de ordenha colectiva e 1,5 vacas nos postos de recepção ⁽⁶⁾.

O número de vacas por produtor nas S. P., certamente mais elevado, não invalida a conclusão de que o essencial da produção é devido aos pequenos produtores uma vez que as S. P., apesar do seu peso crescente ainda representam uma ínfima percentagem da produção. Passam de 0,8% em 1978 para 3,1% em 1980.

Uma vez assente que a produção de leite em Vagos é na sua grande maioria garantida por pequenos produtores e se considerarmos que o número de explorações não sofreu variações substanciais desde 1968, vê-se que os pequenos produtores de leite (produtores dos P. R. e das S. O. C.) ainda em 1978 correspondiam a 71,6% do total das explorações do concelho.

Esta constatação deita por terra a ideia de autarcia, pois esses produtores, apesar de certamente apresentarem níveis significativos de autoconsumo, têm uma íntima ligação com o mercado pelo menos através do leite produzido e dos alimentos concentrados, cujo consumo se generalizou, além de

⁽³⁾ É de assinalar que o Concelho de Vagos não se trata de um caso marginal, mas é o concelho de maior produção do distrito de Aveiro e, quer em valor absoluto, quer em termos de produção por unidade de superfície é dos concelhos mais importantes do continente.

⁽⁴⁾ Em Novembro de 1980 a Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos, única entidade que recolhe leite no concelho, recolhia leite de 2 703 sócios produtores e 300 produtores não sócios, num total de 3 003, o que não se afasta dos valores indicados em 1978.

⁽⁵⁾ O número de vacas não nos merece idêntica confiança do que o número de produtores, mas serve com segurança para mostrar a manutenção da tendência, ainda mais se atendermos aos volumes da produção de leite recolhidos.

⁽⁶⁾ A partir daqui chamaremos aos postos de recepção — P. R., às salas de ordenha colectiva — S. O. C. e às salas particulares — S. P.

outros factores de produção e serviços que adquirem ao exterior.

Sendo um dado adquirido que os pequenos produtores garantem o essencial da produção de leite de Vagos e têm ligação ao mercado, vejamos como evoluiu a produção no concelho.

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO LEITE NO CONCELHO DE VAGOS

Elaborámos uma série cronológica com início em 1967 ⁽¹⁾ e fim em 1980, repartindo a produção conforme o leite era recolhido em P.R., S.O.C. ou S.P. ⁽²⁾. Note-se que dados seguros sobre a produção de leite não existem, o que há, e é a estes que nos referimos, é elementos sobre o leite recolhido pelas organizações da Lavoura ⁽³⁾.

A partir desses elementos elaborámos o quadro I em que designamos por Y a produção recolhida medida em 10³ litros, por X₁ os anos em que essas produções se verificaram indicadas em dezenas e unidades (Anos — 1900) e por X₂ os preços do leite em esc./l., obtidos por ponderação.

Recorrendo à análise estatística vamos analisar a evolução da produção, tomando-a como função do ano em que se verificou. O ano será a variável independente X₁.

Ensaíamos diferentes tipos de ajustamentos analíticos, tendo-se mostrado significativas regressões de tipo linear ($Y=a+bX$) com um valor de $r=0,987$; de tipo exponencial ($Y=a e^{bX}$) com valor de $r=0,989$ e o ajustamento que se mostrou mais perfeito do tipo $Y=aX^b$ que tomou a forma (ver gráfico 1):

$$\text{eq. 1} \quad Y = 3,080817 \cdot 10^{-10} \cdot X_1^{7,326} \quad (r=0,990)$$

Dado o nível de explicação atingido pelo modelo indicado consideramo-lo como satisfatório pelo que não se ensaiaram modelos mais complexos.

⁽¹⁾ O início foi fixado em 1967 porque coincide com o começo da aplicação do Decreto-Lei 47 710 de 18 de Março de 1967, que é um marco essencial da política leiteira em Portugal.

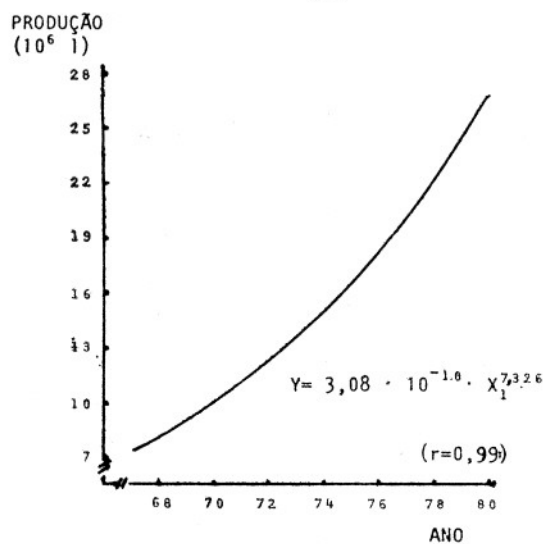
⁽²⁾ Mesmo assim, não conseguimos informações para os anos de 1972 e 1973 pelo que tivemos de estimar essa repartição quando necessitamos desses elementos para ponderar os preços pagos ao produtor.

⁽³⁾ Sobre este assunto e sobre a confiança nas estatísticas cfr. Pires da Cruz (5).

QUADRO I

X ₁	Y	X ₂
Anos	Produção (10 ³ litros)	Preços leite correntes (Esc/l)
67	7 433,545	2,455
68	8 544,954	2,797
69	8 938,356	2,799
70	9 735,385	2,802
71	10 003,153	2,878
72	11 950,793	3,304
73	15 253,801	3,535
74	16 129,867	4,606
75	17 297,000	6,487
76	20 195,785	7,585
77	19 696,909	8,587
78	21 917,038	11,387
79	24 187,391	13,517
80	25 996,388	14,204

Fonte — Y — Recolha da informação a nosso cargo, junto da Lacticoop, Federação dos grêmios da lavoura da Beira Litoral, Martins e Rebelo e Lacticínios de Aveiro.
X₂ — Preços ponderados por nós.

GRÁF. 1 - VAGOS - Produção de leite
1967-80

A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE POR ANIMAL

Como se pode ver no quadro I, a produção cresceu no período considerado de forma substancial, com uma taxa média anual de crescimento de 10,1%.

Um crescimento assim notável num período relativamente longo pode dever-se a duas causas, aumentos dos efectivos pecuários e/ou aumento da produtividade por animal.

Apesar das reservas já referidas quanto à informação estatística existente, pode-se afirmar com segurança que esse aumento se deve quer ao aumento dos efectivos, quer ao aumento da produtividade média por animal. É isso que mostraremos seguidamente.

Se utilizarmos as indicações do Arrolamento Geral de Gado de 1972 (o elemento estatístico mais seguro) e a estimativa da Lacticoop já referida, verifica-se que o número de vacas passa de 4 920 em 1972 ⁽¹⁰⁾ para cerca de 5 274 vacas em 1978 repartidas do seguinte modo: 269 vacas dos P.R.; 4 935 ⁽¹¹⁾ vacas dos S.O.C. e 70 ⁽¹²⁾ vacas dos S.P.

Quer-nos no entanto parecer que o crescimento dos efectivos é superior ao apontado ou então os aumentos de produção seriam quase exclusivamente devidos a aumentos de produtividade, os quais atingiriam valores pouco prováveis.

QUADRO II

Anos	Produção (10 ³ l)	N.º vacas ⁽¹⁾	Produtividade (l/vaca)
68	8 544,954	3 426	2 494
69	8 938,356	3 859	2 316
70	9 735,385	4 058	2 399
71	10 003,153	4 016	2 490
72	11 950,793	4 344	2 751
73	15 253,801	4 918	3 102
74	16 129,867	5 296	3 046
75	17 297,000	5 442	3 178
76	20 195,785	5 696	3 546
77	19 696,909	5 811	3 390

⁽¹⁾ Fonte: Campanha de saneamento da intendência pecuária de Aveiro.

⁽¹⁰⁾ Referimo-nos às vacas leiteiras maiores de dois anos e meio.

⁽¹¹⁾ Estimativa da Lacticoop que certamente pecará por defeito.

⁽¹²⁾ Estimativa nossa, considerando uma produtividade média de 2 500L/vaca/ano que dá grande margem de segurança. Note-se que mesmo assim as S.P. não poderão considerar-se grandes, pois dará uma média de 10 vacas por exploração.

Recorrendo agora aos elementos das Campanhas de Saneamento da Intendência Pecuária de Aveiro que, para o concelho de Vagos, parecem merecer confiança uma vez que em 1972 não se afastam dos elementos do Arrolamento o que não acontece para outros locais onde os desvios são muito grandes.

Com base nesses elementos elaboramos o quadro II, da leitura do qual se verifica que de 1968 a 1977 o número de vacas leiteiras cresceu a uma taxa média de crescimento anual de 5,9%, enquanto a produtividade por vaca, avaliada a partir desses efectivos,, registou uma taxa de crescimento médio anual de 4,96%.

Do quadro II vê-se a evolução da produtividade por animal que mostra uma certa estabilidade até 1972 e progressos importantes em 1972 e 1973 e em 1976 seguido de uma regressão em 1977. Por seu lado o aumento dos efectivos foi mais gradual com pontos altos de 1968 para 1969 e de 1972 para 1973 e um abaixamento ligeiro em 1971.

O panorama descrito evidencia que os aumentos de produção verificados, muito importantes convém assinalá-lo, devem-se ao aumento conjugado dos efectivos pecuários e da produtividade média por animal como já tínhamos sugerido.

São também de sublinhar os notáveis aumentos de produtividade com crescimentos médios anuais da ordem dos 5%, ao ano ao longo de 9 anos, e aproximando-se da taxa de crescimento dos efectivos pecuários.

Esta constatação desmente categoricamente a afirmação geral de Oliveira et Alli citada anteriormente.

Chegados a este ponto em que já demonstramos que em Vagos os pequenos produtores, além de não viverem em autarcia conseguiram ganhos notáveis de produtividade, falta-nos abordar uma das questões centrais deste artigo, isto é a questão da presumível insensibilidade da pequena produção aos estímulos de preços e mercados.

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E OS PREÇOS DO LEITE

Na abordagem desta questão ensaiamos em primeiro lugar ajustamentos relacionando a produção Y com os preços de leite considerados como variável independente — X_2 — (ver quadro I).

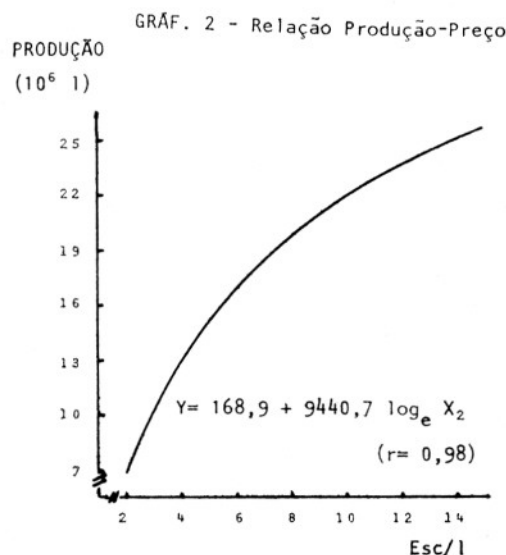
Estes preços X_2 são preços correntes e foram obtidos por ponderação em que se consideraram os subsídios de ordenha mecânica; o facto de, na prática, o leite proveniente das S.O.C. ser todo valorizado como leite A, logo mais valorizado;

as variações sazonais de preços quando se verificaram e a repartição em classes do leite proveniente dos P.R. ⁽¹³⁾.

Dos diversos ajustamentos ensaiados retivemos o mais satisfatório que é uma equação de regressão logarítmica do tipo $Y=a+b \log_e X$ que tomou a forma (ver gráfico 2):

$$\text{eq. 2} \quad Y=168,893+9\,440,735 \log_e X_2 \quad (r=0,979)$$

Este ajustamento, que indica forte correlação entre o preço do leite e as variações da produção, apresenta porém um óbice pois trata-se de preços correntes altamente influenciados pela inflação. Óbice esse ultrapassado quando se usam preços deflacionados.



Deixando por agora as questões que este método levanta, importa referir que usando os preços deflacionados — X_3 — do quadro III ⁽¹⁴⁾, o que implicou uma redução na série para 1978, obtivemos também um ajustamento altamente significativo.

É uma regressão do tipo $Y=a+b_1 X+b_2 X^2$ que tomou a forma:

$$\text{eq. 3} \quad Y= - 278\,207,28 + 214\,196,15 X_3 - 38\,457,44 X_3^2 \quad r=(0,849\,996)$$

⁽¹³⁾ Estes valores basearam-se nas médias indicadas nos Relatórios e Contas da Federação dos Grêmios da Lavoura da Beira Litoral (6) e para outros anos foram por nós estimados tornando essas médias como referência ou as indicações dos Relatórios e Contas da Lacticoop (7).

⁽¹⁴⁾ Usamos como deflator o índice de preços por grosso em Lisboa do INE.

Estes ajustamentos (eq. 2 e 3) permitem-nos afirmar que existe de facto uma correlação entre os preços e as produções mesmo, como é o caso em Vagos, para a pequena produção. Donde poderemos afirmar que é abusiva a afirmação generalizada da insensibilidade da pequena produção aos estímulos de mercado.

QUADRO III

X ₁	X ₂	X ₃	X ₄
Anos	Preço do leite corrente (Esc/l)	Preço do leite deflacionado (Esc/l)	Preço do leite/Preço alimentos concentrados
67	2,455	2,192	0,9335
68	2,797	2,391	1,0476
69	2,799	2,313	1,0367
70	2,802	2,242	1,0378
71	2,878	2,248	1,0465
72	3,304	2,447	1,1928
73	3,535	2,357	1,1403
74	4,606	2,387	1,3100
75	6,487	2,976	1,4913
76	7,585	2,917	1,7437
77	8,587	2,563	1,5928
78	11,387	2,588	1,5820
79	13,517	—	1,5809
80	14,204	—	1,5782

Fonte — X₂ — Calculado por nós depois de ponderação.

X₃ — Deflator utilizado, o índice geral de preços por grosso de Lisboa — INE

X₄ — Preços dos alimentos concentrados tirados das Estatísticas Agrícolas do INE até 1977, a partir desse ano usaram-se os preços fixados pelas portarias reguladoras.

Interessa porém determo-nos um pouco sobre o significado económico destas equações de regressão (equações 2 e 3).

Por seu lado, importa não ficar com a ideia que são os preços que *só por si* explicam as variações da produção. Erro em que poderia cair um leitor menos prevenido ao apreciar os ajustamentos encontrados, sobretudo a eq. 2. À frente indicaremos um conjunto de condições que, em nosso entender, permitem aos preços desempenhar plenamente um papel estimulante das produções. Isto é, convém sublinhar que a

produção de leite é um fenómeno complexo que não pode ser explicado cabalmente por um modelo de uma variável ⁽¹⁵⁾.

Por outro lado, o facto da equação 2 representar um ajustamento mais satisfatório do que a equação 3 (que usa preços deflacionados) leva-nos a pensar que é possível que o pequeno produtor seja atingido pela «ilusão monetária», hipótese tanto mais plausível quanto se sabe que, praticamente, os preços variam anualmente e até anos houve em que essa variação se deu mais do que uma vez por ano (o que a ponderação camuflou).

Por último, refira-se que tendo usado como deflador o índice geral de preços por grosso em Lisboa, que é o deflador normalmente utilizado, afastamo-nos do deflador ideal para este efeito. Este implicaria um conhecimento, que infelizmente se não possui, das estruturas de consumo dos produtores e suas famílias, além das estruturas dos custos de produção.

Chegados a este ponto, tentamos aprofundar a análise considerando, como é evidente, que nem só os preços do leite constituem estímulos do mercado mas, para além destes, importa considerar também as componentes dos custos de produção.

Como se disse, não se conhece com rigor essas componentes além de que considerar toda a estrutura de custos complicaria enormemente a análise ⁽¹⁶⁾. Assim sendo, tentamos avaliar a influência dos estímulos do mercado através de uma relação que quanto a nós exprime com um grau de aproximação aceitável a ligação do produtor de leite com o mercado.

Trata-se de um quociente entre o preço de leite e o preço dos alimentos concentrados, considerado que estes representam uma das componentes essenciais dos seus consumos intermediários ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁵⁾ Nesta abordagem, abandonamos a hipótese de um modelo mais complexo pois, para além da dificuldade em obter informações de confiança em tempo útil, julgou-se razoável neste contexto isolar na variável independente a expressão dos estímulos do mercado.

⁽¹⁶⁾ Além dos problemas metodológicos que põe a atribuição de valores ao trabalho familiar.

⁽¹⁷⁾ Barros (8), em artigo a publicar, mostra que os alimentos concentrados ocupam lugar de destaque no total dos consumos intermédios adquiridos ao exterior. Em diferentes casos tipo por ele inquiridos no distrito de Aveiro encontrou valores de 64,6%, 77,6% e 86,7% respectivamente para pequenas, médias e grandes explorações.

Também Rosário et Alli (9) indicam que na centena de casos inquiridos no Continente que referem, apesar das enormes variações encontradas, se pode considerar que «em termos médios a dependência externa (da alimentação) é elevada».

A INFLUÊNCIA DO QUOCIENTE P. LEITE/P. ALIMENTOS
CONCENTRADOS NA PRODUÇÃO DE LEITE

Prosseguindo a análise estatística consideramos como variável independente — X_4 — o quociente entre o preço do leite e o preço dos alimentos concentrados, fazendo de variável dependente — Y — as produções de leite (ver quadro III).

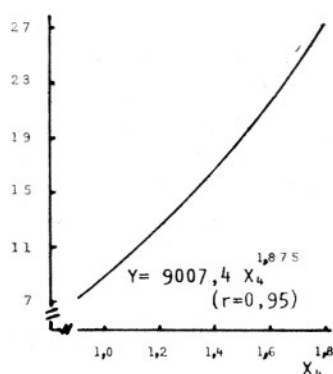
O ajustamento encontrado é da forma (ver gráfico 3):

$$\text{eq. 4} \quad Y = 9007,389 X_4^{1,875} \quad (r=0,945)$$

Ajustamento muito satisfatório, altamente significativo, explicando só por si 89% ($r^2=0,893$) das variações da variável dependente.

GRÁF. 3 — Relação Produção-Preço Leite/Preço Alimento Concentrado

PRODUÇÃO
(10^5 l)



Tendo-se obtido mais uma prova da influência nítida dos estímulos do mercado sobre a produção, resta explicar do ponto de vista técnico-económico a importância e de certo modo o porquê da escolha deste quociente como variável independente.

Do ponto de vista técnico sabe-se que os alimentos concentrados são indispensáveis a partir de determinados níveis de produção por animal, grosso modo para valores superiores a 2500 litros por lactação.

Podem assim ser encarados como condição necessária à expressão das potencialidades genéticas dos animais que com condições de arração equilibrado ultrapassem aqueles valores de produção.

Daí a nossa convicção de que o consumo crescente ⁽¹⁸⁾ de alimentos concentrados constitui um dos factores que influenciou os aumentos de produção verificados, na medida em que é uma componente essencial dos aumentos de produtividade por animal que, como vimos, foram notáveis em termos médios. Note-se porém, que para além da componente alimentar referida, esses aumentos de produtividade devem-se a outros factores entre os quais salientamos:

- medidas associadas à melhor assistência veterinária, profiláctica ou medicamentosa;
- diminuição do emprego das vacas leiteiras em esforços de tracção (sem dúvida ligada ao aumento de motomecanização) os quais, no entanto, ainda são frequentes na faixa litoral onde se situa o concelho de Vagos;
- e sobretudo aos resultados das acções que visam o melhoramento animal que naquela região têm tido grande expressão ⁽¹⁹⁾.

Por outro lado, ao escolhermos o quociente X_4 como variável independente sabemos estar a exprimir um dos elementos essenciais da decisão do produtor de leite. Referimo-nos aos aspectos de tesouraria que aquela relação exprime, pois tanto o leite como os alimentos concentrados são dos principais responsáveis pelos fluxos regulares de dinheiro. O leite é normalmente pago com frequência quinzenal.

Este aspecto é passível de generalização pois são frequentes as referências à importância desses fluxos nos trabalhos que reflectem a opinião dos produtores de leite ⁽²⁰⁾.

⁽¹⁸⁾ Informações obtidas junto de técnicos e responsáveis de cooperativas leiteiras, confirmadas pelos inquéritos realizados por Barros (8), indicam um aumento substancial no consumo de alimentos concentrados, o que está de acordo com os volumes globais da produção de alimentos concentrados para bovinos que de 1970 a 1979 foram multiplicados por 2,6. Cf Teles (10).

⁽¹⁹⁾ A área abrangida pela Estação de Fomento Pecuário de Aveiro ocupa o primeiro lugar do Continente quanto ao esforço de melhoramento do efectivo leiteiro. Por si só contribuiu com percentagens de inseminação artificial que oscilam entre os 25% e os 40% do total do Continente, no período de 1967 a 1976.

Recentemente iniciou a difusão em larga escala do contraste lacto-manteigueiro, em colaboração com as cooperativas leiteiras ou com secção leiteira, aproveitando as possibilidades de concentrar a ordenha nas salas de ordenha colectiva. Cf Machado (11).

⁽²⁰⁾ Cf. Damiano et Alli (12) e Geeser (13).

Além disso, para valores desse quociente superiores à unidade ⁽²¹⁾ e até aos limites que a potencialidade genética e a necessidade de fornecer uma ração equilibrada o justifiquem, é evidente a vantagem do produtor ao aumentar os consumos de alimentos concentrados ⁽²²⁾.

Por fim, refira-se que esta relação de preços equivale, grosseiramente, a «deflacionar» os preços do leite que do ponto de vista do produtor seriam preços «líquidos», isto é corresponderiam ao pagamento do leite deduzido da componente essencial das despesas efectuadas no exterior.

UMA EXPLICAÇÃO PARA O CRESCIMENTO VERIFICADO

Uma vez efectuada a análise estatística, pareceu-nos útil ensaiar uma interpretação da evolução da produção a partir da conjugação dos diversos elementos quantificáveis que ao longo deste texto temos vindo a referir. Assim, reunimo-los no quadro IV onde se pode ver como esses elementos variaram ao longo do tempo, isto é, indica-se o sentido e a amplitude, esta medida em percentagem, das variações verificadas.

Sabe-se que em 1967 teve início uma campanha de fomento leiteiro (ver Decreto-Lei 47710 e Diplomas complementares) que logo nesse ano fez elevar os preços do leite. Essa acção continua em 1968 tendo-se verificado crescimentos notáveis quer dos preços correntes, quer deflacionados, quer na relação X₄. Dois anos seguidos de estímulos à produção acompanhados de medidas estruturais que aqui não referiremos, tiveram como reflexo aumentos de produção importantes.

De 1968 a 1971 assiste-se à baixa dos preços deflacionados e da relação X₄ enquanto os preços correntes estão estagnados. Os efectivos continuam a crescer, embora a ritmo decrescente (o que sugere uma certa inércia dos anos ante-

⁽²¹⁾ Neste raciocínio está implícita a correspondência entre 1 Kg de alimento concentrado e 1 l de leite. Relação semelhante a esta é também a considerada pelo Landbouw — Economisch Instituut de Haia (14) que na publicação referida se baseia em ensaios de alimentação muito numerosos.

De qualquer modo, como depois de 1972 se observam valores daquele quociente bastante superiores à unidade, tendo até atingido 1.7, torna-se evidente a vantagem do produtor em aumentar o consumo de alimentos concentrados na medida em que as produções respondam a esses aumentos, pois o que gasta com a respectiva aquisição é reposto com excesso na quinzena seguinte.

⁽²²⁾ Eis um exemplo de uma situação que pode ser favorável para o produtor individual, mas que do ponto de vista da colectividade pode ser bastante prejudicial.

QUADRO IV

	X ₂	X ₃	X ₄			Y
Ano	Preço corrente	Preço deflacionado	Preço leite/Preço dos Al. concent.	N.º de vacas	Produtividade vaca	Produção
1967	+ 13,9%	+ 9,1%	+ 12,2%	—	—	+ 15,0%
68	+ 0,1%	— 3,3%	— 1,0%	+ 12,6%	— 7,1%	+ 4,6%
69	+ 0,1%	— 3,1%	— 0,1%	+ 5,2%	+ 3,6%	+ 8,9%
70	+ 2,7%	+ 0,3%	+ 0,8%	— 1,0%	+ 3,8%	+ 2,8%
71	+ 14,8%	+ 8,9%	+ 14,0%	+ 8,2%	+ 10,5%	+ 19,5%
72	+ 7,0%	— 3,7%	— 4,4%	+ 13,2%	+ 12,8%	+ 27,6%
73	+ 30,3%	+ 1,3%	+ 14,9%	+ 7,7%	— 1,8%	+ 5,7%
74	+ 40,8%	+ 24,7%	+ 13,8%	+ 2,8%	+ 4,3%	+ 7,2%
75	+ 16,9%	— 1,2%	+ 16,9%	+ 4,7%	+ 11,6%	+ 16,8%
76	+ 13,2%	— 12,1%	— 8,7%	+ 2,0%	— 4,4%	— 2,5%
77	+ 32,6%	+ 1,0%	— 0,7%	—	—	+ 11,3%
78	+ 18,7%	—	— 0,1%	—	—	+ 10,4%
79	+ 5,1%	—	— 0,2%	—	—	+ 7,5%
80						

riores) o que aliado a acréscimos de produtividade desde 1967 origina aumentos de produção ainda importantes.

Em 1971, por acção conjugada dessa estagnação de preços e da relação X₄ acompanhada de aumentos significativos do preço da carne assiste-se à diminuição dos efectivos, só não diminuindo a produção porque os acréscimos de produtividade compensaram aquela diminuição ⁽²³⁾.

Em 1972 verifica-se novo aumento significativo de todos os indicadores do quadro IV pelo que não é de estranhar o grande salto da produção. Saliente-se que se trata de um ano em que os acréscimos de produtividade excederam os dos efectivos.

Em 1973 apesar das baixas dos preços deflacionados e da relação X₄ nota-se novo salto nos efectivos e na produtividade. Os crescimentos verificados parecem paradoxais se atendermos às baixas ocorridas. Porém, se atendermos a que, apesar da baixa, a relação X₄ continua acima da unidade (1,14)

⁽²³⁾ Esses aumentos dos preços da carne foram considerados pelos técnicos regionais como elevadíssimos e que no seu entender originaram uma alternativa atraente à produção de leite. Informação obtida pela leitura das Actas da Comissão de Abastecimento de Leite criada pelo Decreto-Lei 47710 (15) reforçada pelo relatório de 1971 da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral (16).

e os preços correntes aumentaram cerca de 7% (ilusão monetária?); se atendermos também que é a partir de 1971 que se generalizam as salas de ordenha colectiva, tendo quase que duplicado neste ano (estímulo ao aumento dos efectivos), e se por último atendermos ao efeito de inércia dos estímulos do ano anterior, já os crescimentos não nos parecem como paradoxais.

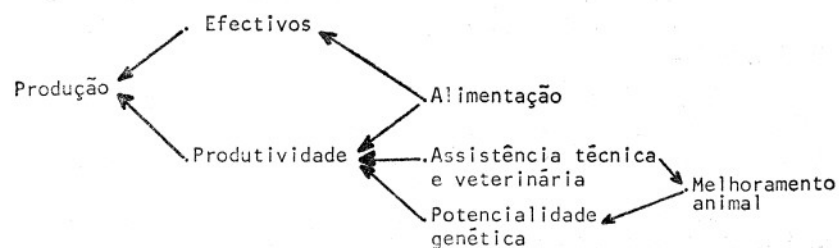
Em 1974 e 1975 os aumentos de produção explicam-se facilmente pelos aumentos notáveis dos preços, sobretudo em 1975, e da relação X_4 que originaram aumentos de efectivos e alguns acréscimos de produtividade. É provável que a agitação política de 1975 tenha refreado o crescimento dos efectivos, o que explicaria os crescimentos relativamente fracos vistos à luz da amplitude dos estímulos de preços.

Em 1976 a uma baixa ligeira do preço deflacionado corresponderam aumentos importantes dos preços correntes e sobretudo da relação X_4 (+16,9%). Estes estímulos que já vêm dos anos anteriores vão determinar um acréscimo de efectivos e um grande acréscimo de produtividade a que não deve ser estranha a relação X_4 que atinge valores superiores a 1,7.

Em 1977 verifica-se a diminuição quer do preço deflacionado quer da relação X_4 de tal modo que o aumento dos alimentos concentrados foi proporcionalmente superior ao aumento dos preços correntes do leite. Esta situação levou à quase estagnação dos efectivos e a uma quebra de produtividade provavelmente ligada aos aumentos do custo dos alimentos concentrados, o que só se explicaria por razões psicológicas (ilusão monetária) pois a relação X_4 , apesar da baixa registada, continua muito elevada.

A partir de 1977 começam a escassear os elementos explicativos, mas quer-nos parecer que uma vez passado o choque daquela baixa conjugada e como voltaram a crescer os preços e a relação X_4 tende para a estagnação a preços superiores a 1,5, retoma-se a tendência para o crescimento.

Em síntese, poderemos esquematizar as influências sobre a produção do seguinte modo:



Os aumentos de preços do leite estimulam o crescimento dos efectivos e tornam mais interessantes os ganhos de produtividade, o que é coadjuvado pela instalação de salas de ordenha colectiva na medida em que facilitam o trabalho e permitem melhor valorização do leite (todo pago como A).

A relação X₄ estimula melhorias da alimentação, melhorias essas coadjuvadas pelos esforços da assistência técnica e veterinária da responsabilidade da Cooperativa.

Por sua vez o Estado, quer através das medidas de profilaxia, quer através do esforço já referido de melhoramento do efectivo leiteiro, vai incidir sobre a potencialidade genética dos animais.

Este esquema ilustrativo do modo como se obteve tão notável aumento de produção em Vagos, nada nos diz sobre o futuro. Sabe-se porém, que a partir de certos níveis os ganhos de produtividade passam a ser decrescentes e os aumentos dos efectivos têm limites, até de ordem física. Na falta de elementos quantitativos de confiança sobre os níveis atingidos não poderemos esboçar qualquer antevisão o que aliás seria ultrapassar os limites que fixámos para este artigo.

Chegados a este ponto em que consideramos refutadas as afirmações citadas na introdução, um observador menos avisado poderia, com base na argumentação utilizada, pretender que bastaria uma cuidada política de preços para que a produção, neste caso a pequena produção, respondesse às necessidades do sistema social envolvente, enviando para as calendas as medidas sócio-estruturais.

Pode parecer que entre o que escrevemos ao longo deste artigo e esta posição não há senão um passo. Mas atenção, trata-se de um passo que não se pode dar, como passaremos a ver.

A NECESSIDADE DE MEDIDAS SÓCIO-ESTRUTURAIS

Quanto a nós, para que o pequeno agricultor esteja apto a corresponder às solicitações do resto da economia têm de existir um certo número de condições que poderemos chamar de condições sociais de produção de que passamos a salientar as seguintes:

— Garantia de escoamento dos produtos sem a qual dificilmente investirá em qualquer actividade, até como defesa contra o risco. Sobretudo investimentos que pressuponham uma certa irreversibilidade do sistema produtivo;

— Preços considerados como compensadores, pelo menos até atingir essa situação de irreversibilidade;

— Possibilidade de investir, o que pressupõe: ausência de entraves ligados ao arrendamento, quando é o caso; existência de crédito acessível ou possibilidade de ter conseguido poupanças prévias. Isto liga-se também aos fenómenos de dupla actividade ou à existência de rendimentos exteriores, o que se prende com:

— As ligações da exploração e da família com o meio económico, social e cultural envolvente. A título exemplificativo referiremos o acesso aos factores de produção e aos serviços que necessita (postos de compra e venda, oficinas de reparações, aluguer de tracção, etc.) e o acesso às inovações de que destacamos as de carácter biológico ou de técnica cultural.

Como parece evidente, para que estas condições sejam mais ou menos preenchidas é necessário pôr em prática medidas de cariz sócio-estrutural.

Acontece que em Vagos, como noutros locais do litoral Centro-Norte, quer o Estado, quer as organizações da lavoura (organização corporativa antes do 25 de Abril e movimento cooperativo antes e sobretudo depois daquela data), quer mesmo a iniciativa privada, foram preenchendo muitas dessas condições de molde a permitir que a pequena produção tenha podido reagir, aos estímulos de mercado, como foi exemplificado para Vagos.

Isto é, a pequena produção reagiu aos estímulos de mercado, mas para isso foi necessário a ocorrência dalgumas medidas de que passamos a citar as mais importantes:

— Da instalação de postos de recepção de leite até à expansão das salas de ordenha colectiva. O que influencia a garantia de escoamento, dá maior valorização ao leite, facilita o trabalho do produtor e permite o contraste lacto-manteigueiro que por razões económicas exige a concentração de ordenha;

— Além da política de preços são de assinalar os subsídios à ordenha mecânica e à refrigeração, os subsídios de quantidade e os subsídios ao equipamento, individual e colectivo (salas de ordenha colectiva);

— Generalização após 1975 do Crédito Agrícola de Emergência que, se não beneficiou directamente percentagens significativa de pequenos produtores, serviu no entanto às cooperativas leiteiras, ou com secção leiteira, como suporte financeiro da comercialização de factores de produção com reflexos positivos ao nível dos preços pagos pelos produtores (cooperativa testemunha);

— A acção do Estado no que ao melhoramento animal diz respeito, já por mais de uma vez referida;

— A assistência técnica e veterinária a cargo das cooperativas;

— Por último referiremos a proliferação de pequenos alugadores de máquinas, a maior parte das vezes também agricultores, os quais aproveitaram os estímulos do fomento da motomecanização de 1967 para se equiparem. O número de tractores cresceu no distrito de Aveiro de 1058 para 2394 entre 1973 e 1977, a que corresponde uma taxa média de crescimento anual de 22,6%. Note-se que mesmo em valor absoluto os indicadores de mecanização são elevados, correspondendo a 2,53 tractores por 100 ha de SAU.

Os exemplos citados chegam para desmentir a imagem simplificadora que seria supor os aumentos de produção como mera relação causal de uma ou outra medida isolada.

Posto isto, resta assinalar o modo como alguns responsáveis pela política leiteira têm encarado as salas de ordenha colectiva, quanto a nós medida sócio-estrutural de largo alcance.

Um despacho respeitando à produção de leite publicado em Setembro de 1974 ⁽²⁴⁾, além de considerar como paradoxal que seja a produção das zonas de minifúndio «produção *marginal* que comanda a economia leiteira do Pa's»! refere-se expressamente às salas de ordenha colectiva «como solução transitória» embora com «resultados francamente satisfatórios».

No mesmo sentido vai a posição de Vaz Portugal citada na introdução. Por outro lado, não deixa de ser sintomático que as entidades responsáveis pela recolha em Vagos não tenham, pelo menos em arquivo, elementos que permitam avaliar a parte do leite recolhido em proveniência das salas de ordenha colectiva até 1976, pois de então para cá já existe informação ⁽²⁵⁾.

Em resumo, parece-nos que os responsáveis que consideram as S. O. C. como solução transitória, uma espécie de mal menor, juntam-se à corrente de pensamento para a qual em zonas de minifúndio é na dimensão das explorações que está a origem de todos os males, pelo que quando referem

⁽²⁴⁾ Despacho conjunto dos Ministros das Finanças e Economia e dos Secretários de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Preços. Sublinhado nosso, M.B.M..

⁽²⁵⁾ A recolha da informação foi a principal dificuldade deste trabalho.

a necessidade de medidas sócio-estruturais concebem-nas essencialmente como implicando acções tendentes a transformar as dimensões das explorações.

Chegados aqui a um ponto em que já ultrapassamos os limites previamente fixados, parece-nos importante realçar a urgência de realizar um debate aprofundado, alargado aos interessados, que parta de exemplos da realidade portuguesa e não de «modelos» que pouco ou nada têm a ver com essa realidade.

CONCLUSÕES

O exemplo da pequena produção de leite do concelho de Vagos permite-nos afirmar que:

— A pequena produção NÃO é forçosamente sinónimo de autarcia;

— Não existe qualquer bloqueamento definitivo que impeça as pequenas explorações de registarem ganhos de produtividade. O que a nível do concelho originou crescimentos notáveis da produção durante um período bastante longo. Do mesmo modo, mesmo a nível qualitativo os progressos não são de desprezar, mais de 97% do leite recolhido em Vagos é ordenhado mecanicamente e refrigerado em percentagens semelhantes.

— Desde que algumas condições sejam satisfeitas, a pequena produção é capaz de responder aos estímulos de mercado;

— Além de medida sócio-estruturais actuando sobre a dimensão das explorações há muitas outras condições estruturais que podem ser orientadas num sentido favorável ou desfavorável à pequena produção, podendo fomentar ou inibir os ganhos de produtividade referidos.

BIBLIOGRAFIA

(1) Oliveira, Augusto José; Duarte, Jaime Tavares; Rosário, Ramiro Ribeiro — «Análise Econométrica dos ensaios de produção intensiva de leite realizados em 1966-71 na Estação de Lacticínios (Paços de Ferreira) in «Ensaio de produção intensiva de carne e leite realizados durante alguns anos em Portugal». — Divulgação 8 INIA, MAP, Lisboa 1979.

(2) Lobão, A. Cortez — «Agricultura Portuguesa e Integração Europeia» Separata de Economia volume III/número 2/Maio 1979 — Instituto Gulbenkian de Ciência — Centro de Estudos de Economia Agrária.

(3) Portugal, Vaz — «Leite um Problema Gordo» in «Comércio do Porto» 21 de Setembro de 1980.

- (4) Varão, A. Proença, «Sobrevoo do Sector Pecuário. Elementos para uma política de financiamento», Banco de Fomento Nacional, Lisboa 1974.
 - (5) Cruz, F. Pires — «Caracterização da produção e consumo de leite em natureza no Continente Português» Comunicação ao Congresso dos Engenheiros 1978.
 - (6) Relatórios e Contas da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral de 1967 a 1974.
 - (7) Relatórios e Contas da Lacticoop de 1968 e 1978.
 - (8) Barros, Victor — Trabalho a publicar sobre sistemas de produção leiteiros.
 - (9) Rosário, Ramiro et Alli — «Determinação do Preço de Custo de Obtenção do Leite em Contabilidades Agrícolas — Estrutura e evolução dos custos de Produção» in «Análise Técnico-Económica dos Factores de Produção do Leite de Explorações Leiteiras» — Divulgação 11 INIA. Lisboa 1980.
 - (10) Teles, Maria Clotilde Galvão — «Estudo económico sobre a indústria de alimentos compostos para animais», a publicar.
 - (11) Machado, Jaime — Comunicação oral ao Seminário «Agricultura e Crescimento Económico» organizado pelo Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian em Aveiro — Janeiro 1981.
 - (12) Damiano; Lanoye; Nallet e Vachier — «L'intensification de la production laitière dans la Manche» Etude de cas I.N.R.A. — 1975.
 - (13) Geeser, Roman — «Consequências económicas e sociais da instalação de um complexo industrial em determinada zona». Parceria A. M. Pereira — Lisboa 1973.
 - (14) «Comission des Communautés Europeennes «Production Laitière dans les exploitations ne disposant pas de ressources fourragères propres suffisantes» — in — Informations internes sur L'Agriculture n.º 121 Janvier 1974.
 - (15) Actas da Comissão de Abastecimento de Leite.
- Legislação: — Decreto-Lei 47 710 de 18 de Maio de 1967 e Diplomas complementares.
- Despacho conjunto do Ministro das Finanças, do Ministro da Economia, do Secretário de Estado da Agricultura e do Secretário de Estado dos Abastecimentos e Preços de 6-9-1974.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA:

- Anuário Estatístico — I.N.E. — 1976 e 1978
- Arrolamento Geral dos Gados e Animais de Capoeira — I.N.E. — 1972.
- Atlas Sócio-Económico da Região Centro — M.A.I. — Outubro 1975.
- Estatísticas Agrícolas I.N.E. — 1967 a 1978.
- Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente — I.N.E. 1968.